

Tormenta ainda não acabou

■ País ainda depende muito de capitais externos de curto prazo, alertam economistas

CRISTINA BORGES

Desde que a cotação do dólar começou a cair, consistentemente, aproximando-se do patamar de R\$ 1,70, previsto só para o fim do ano, uma tranquilidade que beira o otimismo substituiu a tensão anterior. São sinais favoráveis a queda da inflação em ritmo mais rápido que o esperado, o que permite ao Banco Central uma redução das taxas de juros. Ainda a favor, há o ingresso da segunda parcela de ajuda do Fundo Monetário Internacional (FMI), de quase US\$ 9 bilhões.

Os problemas do país estariam solucionados? Economistas experientes respondem que saímos do olho do furacão, mas concordam que o Brasil ainda está andando na corda bamba, exposto a novas crises. A fragilidade da economia não mudou. O Brasil depende do capital externo para financiar as transações correntes com o exterior e fechar o balanço de pagamentos.

Em 1998, o déficit em transações correntes (contas de comércio, serviços e juros) foi de US\$ 34,94 bilhões, ou 4,48% do Produto Interno Bruto (PIB). Em janeiro último, esse indicador acumulado em 12 meses subiu a 4,5%.

Pouco capital – Com o respaldo do FMI, o capital externo, que retorna timidamente, está longe de ter a substância necessária para a retomada do crescimento econômico. Novamente atraído pelas altas taxas de juros, é o capital externo de curto prazo que está de volta e pode sair tão rápido quanto o Papa-Légua.

Foi alto o preço pago pelo Brasil desde a crise asiática, em outubro de 1997, até a desvalorização de janeiro. As reservas internacionais, depois de terem atingido mais de US\$ 70 bilhões, minguiaram para apenas US\$ 25,186 bilhões, descontados US\$ 9,324 bilhões que o Fundo Monetário Internacional (FMI) liberou em dezembro.

A inflação despertou num momento em que a economia enfrenta recessão e desemprego. Só no primeiro trimestre deste ano, a inflação acumulada é de 7,43% pelo Índice Geral de Preços do Mercado, medido pela Fundação Getúlio Vargas. A taxa de desemprego, teimosamente, não se afasta de 7,5%.

Juros estratosféricos e gastos excessivos do governo causaram uma explosão da dívida mobiliária (títulos) federal que fechou 1998 em R\$ 323,8 bilhões, mais 424,8% desde o lançamento do real, em 1994, quando era de R\$ 61,7 bilhões. A flutuação do câmbio, em janeiro último, fez essa mesma dívida mobiliária crescer R\$ 40,61 bilhões, a maior parte por efeito dos papéis vinculados ao câmbio, elevando o total a R\$ 364,47 bilhões, um aumento de 489% sobre 1994.

Pressões – São pressões fortes o suficiente para abalar a tranquilidade até de um monge budista. Mas a situação do Brasil mudou, afirma Francisco Gros, diretor executivo do Banco Morgan Stanley e principal executivo da instituição na América Latina. “A flutuação cambial diminuiu o grau de preocupação do investidor externo. O risco da desvalorização do real foi eliminado. A renovação do acordo com o FMI e a liberação de nova parcela de recursos são muito importantes. O tempo passou e ficou evidente que o país não quebrou, não decretou moratória da dívida interna e nem a centralização do câmbio”.

Gros não esconde que existe, sim, riscos de nova crise, apesar de a equipe econômica, reconstruída, ter definido uma estratégia de atuação. Ex-presidente do BC, Gros alerta para um regime de urgência nas reformas da previdência e tributária. “Num mundo globalizado, a crise não precisa ser aqui necessariamente para nos afetar. O Brasil tem vivido perigosamente. Quanto mais rápido melhorarem os fundamentos fiscais, menos vulnerável o país se tornará”.

A melhoria, entretanto, tem um caráter aparente, rebate Reinaldo Gonçalves, professor titular de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. “Está-se cometendo o mesmo erro para equilibrar as contas externas do país. A folga no balanço de pagamentos decorre das altas taxas de juros que atraem o capital externo de curto prazo”.

Gonçalves alerta: “A desconfiança é generalizada e muito maior sobre a capacidade de ajuste do governo brasileiro, porque os primeiros ataques à moeda encontraram reservas internacionais de cerca de US\$ 50 bilhões, reduzidas no momento a US\$ 25 bilhões. O país está caminhando à beira de um abismo. Não adianta mexer no câmbio, porque a crise cambial é recorrente. A saída é a reversão da abertura financeira, comercial e cambial”.